



DO MESMO E DO DIFERENTE: DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO ÀS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS

Maurício Beck¹
Karoline Teixeira²

Iniciamos esta apresentação na oscilação entre uma obviedade afirmada e o estranho familiar que é evocado na designação “universidade corporativa”. O atributo *corporativa*, traço diferencial na publicidade de dados estabelecimentos de ensino, significa uma universidade *em si*, enquanto uma corporação no sentido contemporâneo do termo, ou um *para si*, enquanto formação direcionada à realização de metas corporativas? Universidade especializada, customizada na tarefa de (con)formar o amálgama de alunos e funcionários em suposta convergência de interesses com dada corporação (o avatar jurídico de uma dada empresa). Ora, mas que curiosa vinculação entre a formação do indivíduo (interpelado, individualizado) e o escopo de um coletivo empresarial. Neste ponto, sentimos tentados a retomar o liberalismo clássico. Com a palavra Adam Smith:

Os privilégios exclusivos das corporações, os estatutos de aprendizagem, e todas aquelas leis que, em empregos determinados, restringem a concorrência a um número de indivíduos inferior ao que, noutras circunstâncias, nela entrariam, tendem a produzir idênticos efeitos (...). Constituem uma espécie de monopólio em sentido lato e podem, muitas vezes, durante gerações, e para vastos grupos profissionais, manter o preço de mercado de certos bens acima do seu preço natural (...) (SMITH, 1980, p. 169)

Muitas significações se incrustaram nos significantes *Corporation* ou *corporação* desde os tempos do liberalismo clássico de Adam Smith. Afinal, corporação ontem ou hoje, o que quer dizer? Um pouco de história empresarial pode nos oferecer alguns indícios:

A Peugeot começou como um negócio familiar [...] Hoje a empresa emprega cerca de 200 mil pessoas em todo o mundo, a maioria delas completamente estranha umas às outras. Esses estranhos cooperam de maneira tão eficaz que em 2008 a Peugeot produziu mais de 1,5 milhão de automóveis, gerando uma receita de aproximadamente 55 bilhões de euros. (HARARI, 2016, p. 36-37)

Harari se pergunta pela existência concreta da Peugeot e ele mesmo responde: sua existência é produto da imaginação coletiva, ou melhor, de uma realidade intersubjetiva (esse efeito da linguagem) que faz laço social entre estranhos dando condições para o trabalho em cooperação de larga escala. No discurso do direito, a Peugeot é compreendida como uma ficção jurídica, uma entidade, uma pessoa que está submetida às leis dos países em que opera, assim como os demais sujeitos de direito.

A Peugeot pertence a um gênero particular de ficção jurídica chamado “empresas de responsabilidade limitada”. [...] Nos Estados Unidos, o termo técnico para uma empresa de responsabilidade limitada é “corporação”, o que é irônico, porque o termo deriva de “corpus” [...] exatamente aquilo de que as corporações carecem. Apesar de não ter um corpo real, o sistema jurídico norte-americano trata as

¹ Doutor em Letras – estudos linguísticos – UESC.

² Graduação em Letras – UFF



corporações como pessoas jurídicas, como se fossem seres animados de carne e osso. Também foi isso o que fez o sistema jurídico francês em 1896, quando Armand Peugeot, que herdara de seus pais uma oficina de fundição de metal que fabricava molas, serrotes e bicicletas, decidiu entrar no ramo de automóveis. (HARARI, 2016, p.38-39).

Desta ficção jurídica derivam os sentidos contemporâneos para corporação. Entidade animada a quem se atribuem direitos e deveres e a quem se antecipa uma unidade de interesses. Esta, entretanto, é uma concepção de corporação diversa daquela que foi alvo da crítica de Adam Smith. Historicamente as corporações de ofício surgiram e se desenvolveram no meio urbano. Os historiadores remetem sua aparição à Roma antiga, mas é, sobretudo, na baixa Idade Média que as corporações ou guildas vão se destacar na organização do trabalho e do comércio das cidades europeias. Segundo Martins (2008), “na lei romana, corpora ou *collegia* eram as associações voluntárias de indivíduos que compartilhavam a mesma profissão ou função na sociedade.” Estas desaparecem com as invasões bárbaras e o declínio da vida urbana e só ressurgem no século XII com “diferentes designações nas várias regiões da Europa: mercadantia ou *collegia notariorum*, na Itália; confréries, na França; guilds, na Inglaterra, Suécia e Holanda; Innungen, Gilden ou Zünfle, na Alemanha; grêmios, na Espanha.”

Em linhas gerais, as corporações de ofício do Medievo podem ser definidas como associações de trabalhadores (artesãos) de um dado ofício - carpintaria, marcenaria, alfaiataria, sapataria, etc. Estas associações regulavam, ensinavam e monopolizavam tais atividades nas cidades mais populosas da Europa pré-Revolução Industrial. Estruturadas de modo hierárquico, estabeleciam uma divisão social do trabalho entre mestres (donos das oficinas, experientes nos respectivos ofícios e responsáveis pelo seu ensino), oficiais (com alguma experiência, tinham direito a um salário) e aprendizes (alunos de ofício sem direito à remuneração). A semelhança desta gradação hierárquica com a do meio acadêmico não é gratuita, pois,

neste caso, ao surgimento dos intelectuais teria correspondido o surgimento das universidades medievais e, com ela, o surgimento das corporações de ofícios. Ambas nasceram sob a ambigüidade da liberdade e/ou do privilégio. No entanto, a universidade “não tem, como as demais corporações, o monopólio do mercado local. O seu terreno é a Cristandade”. (MARTINS, 2008, p. 21)

Segundo Oliveira (2006), ambigüidade em torno do privilégio e liberdade correspondia à lei promulgada por Frederico I em novembro de 1158, que concedia proteção especial aos estudantes estrangeiros. Entrementes, o mundo urbano do medievo deu ocasião para o surgimento de universidades e corporações de ofício. Ambas originalmente indiferenciadas segundo os modos de regulação jurídico-estatal da época, mas com escopos e práticas divergentes. Voltada às letras da tradição do direito romano, à hermenêutica do texto bíblico e ou filosófico³, a universidade medieval tinha como tarefa a formação de juristas e administradores. Sua esfera de atuação difere das práticas

³ “A Universidade de Paris tornou-se o centro da cristandade latina porque foi nela que as questões mais importantes da humanidade estavam sendo debatidas, elaboradas, defendidas e criticadas, pois, era nela que se concentravam as principais tendências filosóficas e teológicas do Ocidente do século XIII.” (OLIVEIRA, 2006, p. 71)



manuais e mecânicas das corporações de ofício. De modo que há uma divisão social do trabalho que demarcará o destino histórico da universidade e das corporações e vai ser reproduzir dada repartição moderna entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual. Repartição que enfrenta uma crise contemporaneamente, como veremos adiante.

Com a modernidade industrial, as corporações de ofício entram em decadência e são mesmo proibidas em países europeus, (no Brasil, o mesmo ocorre via a Constituição Política do Império do Brasil, vulgo Carta de 1824). O discurso liberal, de Adam Smith e outros, pregava a livre concorrência individual, a regulação dos preços e da atividade fabril pela mão invisível do mercado, o valor dos talentos naturais. O avanço tecnológico revoluciona as relações de trabalho. O trabalho braçal especializado cede lugar ao trabalho operário padronizado, repetitivo e segmentado submetido à maquinaria fabril. Não há mais lugar para artesãos e seus misteres, apenas para o proletário destituído de tudo exceto sua força trabalho bruta (ou não qualificada) para vender ao menor preço. Em suma, grande parte dos aprendizados de ofícios mecânicos perdem sua razão de ser com a primeira Revolução Industrial.

FUTURO ANTECIPADO

Neste início de século XXI, nas grandes corporações, o trabalhador letrado e diplomado é também considerado desqualificado para executar cargos de liderança. Para tais ocupar cargos, surgiu uma variedade de cursos profissionalizantes oferecidos pelas empresas, de modo que esse suposto líder ao final de um dado curso, de gestão de pessoas, por exemplo, seja tido como capaz de ser um doutrinador da cultura e valores da empresa, reforçando a hierarquia laboral nas relações de trabalho e colaborando para o crescimento da empresa e, conforme o discurso meritocrático, também para o seu “crescimento individual” - expressão cuja evidente opacidade mereceria uma análise à parte. É esse o enredo que circunda o aparecimento das chamadas universidades corporativas.

No Brasil, esse processo de criação de universidades corporativas ocorreu em meados da década de 1990 (FOCHESATTO, 2012), quando as empresas começam a significar a expressão de *universidade corporativa* como uma capacitação “mais ampla” (adjetivação presente no vídeo) em comparação aos tradicionais centros de treinamento e desenvolvimento. Voltada ao “desenvolvimento de líderes” [1’27”] e “não aos operários de fábrica” [0’36”] como os centros de treinamento, a universidade corporativa é significada como um caminho possível para se “chegar lá” [2’12”]. Segundo Mariani (2011, p. 45), “na mídia a visibilidade e a valorização do individualismo e das responsabilidades individuais vai aumentando na mesma proporção em que se defende uma coletivização nacional, enquanto repartição de culpas, destas mesmas responsabilidades sociais e individuais”.

Nesse trabalho, nos propomos a analisar algumas sequências discursivas do vídeo jornalístico intitulado “O que é universidade corporativa”, exibido na TV no canal *GloboNews* e disponível no site de compartilhamentos: *Youtube*. Tendo em conta as memórias que ressoam na história, a saber: as das palavras universidade, educação e corporação (do latim *corporis* e *actio*,

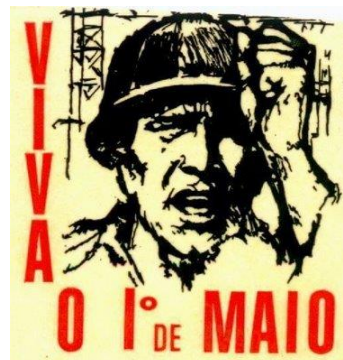


corpo e ação). E de como a criação dessas ditas universidades resgatam através da memória discursiva um imaginário de unidade e trabalho em conjunto presente, como já mencionado anteriormente, nas corporações de ofício. Mas agora, uma coletividade que funciona na forma de uma entidade espectral, que torna invisível a cisão entre exploração e trabalho.

Antes da abertura do programa, temos a vinheta ilustrado no Quadro 1 (figura 1)

Quadro 1 – Bloco de abertura

Cartaz 1º de Maio – Fonte: PSOL Rio das Ostras



Esse gesto retoma, via memória discursiva, um símbolo de luta da classe trabalhadora, como se marca no cartaz de 1º de maio (figura 1). Não é por acaso que o discurso do vídeo tem como sustentação um discurso meritocrático e traz um símbolo de luta dos trabalhadores; é na apropriação, ou seja, em sua retomada em outras condições de produção, que um gesto político como esse passa a significar diferentemente no quadro 1 e no cartaz de 1º de maio. Desse modo, há um apagamento do político, isto é, da luta de classes; e se sobrepõe o discurso sobre o sucesso profissional, no qual o trabalho é significado como um meio de se chegar “lá”, determinando um modo de ser sujeito na atualidade: como se no sujeito algo da ordem do subjacente contivesse sempre um traço de anacrônico.

No *corpus* de análise, o telejornal se constitui como uma posição discursiva, que vai descrever, dizer “o que é” a universidade corporativa, produzindo um efeito de neutralidade, que tenta apagar o lugar do jornal como uma posição dentre outras possíveis. Sob esse foco, selecionamos fragmentos, que tentam responder à pergunta que norteia todo o vídeo, na tentativa de regularizar sentidos através da repetição de argumentos que retomam direta ou indiretamente “universidade corporativa é”, de modo a significar a universidade como meio de qualificação para o mercado de trabalho. Tais ocorrências se marcam em “porta de entrada para futuras promoções” [7’33”], é uma “oportunidade” [7’49”] para o sujeito funcionário que imaginariamente busca alcançar o sucesso profissional, esse que só depende do próprio sujeito, uma vez que a empresa “investe” [2’52”] em qualificação via ensino de ofício que não foge, em termos hierárquicos, à estrutura mestre-aprendiz.

CONCLUINDO

Percebemos que o discurso sobre a universidade corporativa funciona em consonância com a automatização, pela via do algoritmo, das relações de trabalho, que em uma sociedade de classes,



reconfigura a antiga divisão entre trabalho braçal e trabalho intelectual. O surgimento de uma universidade corporativa - customizada para atender à demanda, não de indivíduos de carne e osso, mas de um sujeito espectral, uma ficção jurídica - parece trazer algo do mesmo, um estranho familiar, em condições de produção (aqui infantizando as relações de produção propriamente ditas) diferente. *Esse estranho familiar*, no entanto, traz problemas para o discurso liberal clássico: pois aquele só reconhecia os interesses de indivíduos concretos e questionava as mazelas do corporativo. O acontecimento da corporação moderna talvez marque um ponto de inflexão que ainda não plenamente seu alcance. É possível vislumbrar algo desse processo de desencarnação espectral (essa pessoa) entranhado nas relações de produção na presença cada vez mais insidiosa do algoritmo a coordenar, hierarquizar, administrar, e, sobretudo, impor o ritmo à vida laboral do trabalhador e seus modos de cooperação em larga escala. Esse é um aspecto que temos de prestar atenção, pois como nos lembra Pêcheux:

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação* (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 133).

Por fim, só resta dizer que seria talvez muito cômodo a dois acadêmicos lançarem uma crítica à universidade corporativa sem também pensar o lugar contraditório da própria universidade acadêmica no seio do mundo capitalista. Lembremos então de um texto corajoso de Maurício Tragtenberg, *A Delinquência Acadêmica*, em que ele mostra o funcionamento classista da universidade em plena ditadura militar. Em que “a crítica à ideologia é feita nos chamados cursos críticos, que desempenham a função de tranquilizante no meio universitário” (TRAGTENBERG, 2002). Resultando um sujeito crítico conformado, quando este aceita a divisão do trabalho da crítica, se aparta da luta dos movimentos políticos de seu tempo e cede ao sobretrabalho do produtivismo regulado pelo algoritmo da plataforma lattes entre outros, ainda mais ansiosamente quando suas condições de trabalho são precarizadas (via corte de recursos, sucateamento, etc.). Se a universidade é também “palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”, essa luta não se dá isolada, apartada de outros palcos, como o do Estado, entre outros.

REFERÊNCIAS

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA, B.C. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011. p. 125-141.

FOCHESATTO, Sidnei Alberto.; QUADROS. Maria Suelena Pereira. *Educação corporativa*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.



OLIVEIRA, Terezinha. A universidade medieval: uma memória. *Mirabilia*, Barcelona, n. 6, p. 63-78, jun/dez 2006.

O que é universidade corporativa?. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ge7q4-JsuR4>>. Acesso em: 20 nov. 2015

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, vols. I e II.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Delinquência Acadêmica*. In *Verve*, 2: 175-184, São Paulo: NUSOL, PUC-SP, 2002.